



Capex garante pagamento das bolsas em Libras

Foi uma espera difícil. Os bolsistas CAPES na Europa viram diminuir em quase 20% o poder de compra de suas bolsas ao longo dos últimos dois anos graças à política da CAPES de fixação do valor das bolsas em Dólares. Como a moeda norte-americana vinha continuamente perdendo seu valor frente à Libra e ao Euro, os orçamentos já apertados dos bolsistas e suas famílias tornaram-se quase inadministráveis. No Reino Unido, um dos países de mais alto custo de vida do planeta, a ABEP tomou a iniciativa de reivindicar à CAPES que as bolsas fossem fixadas em Libras, a exemplo do que já fazia o CNPq. A ABEP procurou aliar-se a outros bolsistas da chamada zona do Euro, como França, Espanha, Portugal, Alemanha, Itália e Países Baixos, através da Comissão de bolsistas no exterior, que teve papel decisivo neste processo. Foram 10 meses de campanha, cartas aos presidentes da CAPES, ao ministro da educação, notas à imprensa e até documento entregue em mãos ao presidente Lula quando de sua passagem por Londres.

Mas agora as reivindicações foram finalmente ouvidas. A diretoria da CAPES indicou recentemente que verba suplementar obtida pelo ministério da educação garantirá a fixação das bolsas em Libras, protegendo-as da variação cambial e garantindo um pouco mais de tranquilidade para os bolsistas. A maioria dos bolsistas CAPES já receberam um comunicado oficial da agência confirmando o pagamento das bolsas em Libras juntamente com a tabela de valores para cada caso. Com isso, celebramos a conquista deste pleito – que ratifica a importância da mobilização e das associações como a ABEP.

Editorial

Porque ousar é preciso.

Nesta era do conhecimento, a informação é ativo de grande valor. Aliás, hoje, mais que nunca, ter informação é ter poder. O seu acesso talvez jamais tenha sido tão amplo, ou os meios para sua comunicação tão diversificados. Mas isso é lugar comum.

Falemos então de seus danos colaterais: todos os dias somos impiedosamente expostos à sua overdose, numa inundação de informações das mais variadas fontes, que nos chegam a todo o instante através de e-mails, listas de discussão, jornais e revistas do Brasil e da Ilha, rádio, TV e tantos outros meios.

Um dos efeitos adversos mais danosos é que dados relevantes e idéias importantes e originais diluem-se na enxurrada do que tentamos digerir diariamente, sob o risco por vezes iminente de saturação ou mesmo de sufocação. Mesmo que não nos demos conta, criamos nossos mecanismos de defesa, adaptativos, e usamos critérios de seleção que podem ser bastante imprecisos e ineficientes. Tudo para não sucumbir aos seus excessos. Dito isto, por que raios, então, lançar mais um jornal?

Pedindo permissão para metáforas livres, a hipótese que queremos demonstrar é que o Jornal da ABEP pode ser significativamente diferente, útil e até relevante, ao preencher um nicho editorial ainda vazio e disperso. A hipótese nula, portanto, é que o Jornal será mais um a cair no rol das tentativas frustradas – o que buscamos refutar com um entusiasmo que transcende o método experimental e encontra refúgio no aspecto qualitativo da análise dos nossos desejos e aspirações.

Não somos tão arrogantes quanto aquele jornal britânico que dizia que tudo o que você precisava saber estava em suas páginas, mas somos ousados ao dizer que você também precisa saber o que está nas nossas. Razões? Muitas. O Jornal da ABEP é feito por estudantes e pesquisadores brasileiros no Reino Unido, para estudantes e pesquisadores brasileiros no Reino Unido (e

para o resto do mundo, pois está disponível na Web). Somos, é verdade, uma pequena comunidade com uma maravilhosa diversidade e alguns interesses específicos. Contudo e sobretudo, com muita sede de aprender e potencial para contribuir. Aliás, carregamos uma certa responsabilidade social no quesito contribuir e ajudar a formar opinião.

Sem intenção de entrar no nebuloso debate sobre a originalidade, a proposta do Jornal é transcender a mera transcrição do que o famoso articulista disse na Folha, JB ou Estadão. Acreditamos no potencial criativo e inquisitivo dos Abepianos. Aliás, podem tomar nota dos autores dos artigos, já que eles bem que podem tornar-se articulistas famosos num futuro não distante! Também não caberia confundir com o perfil editorial do informativo chamado Jornal da ABEP, cuja continuidade histórica nos comprometemos a buscar até o fim desta gestão na diretoria da Associação.

O Jornal é um projeto em constante construção, no qual você leitor é parte fundamental. A nossa idéia é simplesmente criar, disponibilizar e gerir o espaço. A proposta é que, ao invés de leitores, tenhamos leitores-autores, cujas contribuições ajudem a romper a tradicional unidirecionalidade de publicações semelhantes.

O comitê editorial, onde ainda há vagas, aguarda ansiosamente o seu artigo, ensaio, crítica, conto ou poema, fotografia, caricatura ou charge. Suas análises e histórias serão igualmente bem-vindas.

Estamos buscando superar o desafio de produzir uma publicação impressa, e este número eletrônico funcionará como um experimento cujo resultado será diretamente proporcional à sua resposta e participação. Por fim, aqui vai uma proposta simplória de equação para o sucesso do Jornal: $S = [(r + c + e + i)^{pLA}] - ig$, onde: S = sucesso; pLA = participação dos Leitores-Autores (incluindo você); r = relevância; c = criatividade dos artigos; e = entusiasmo; i = interesse de todos e finalmente ig = inércia geral, esta perversa inimiga de projetos como este. Quem se habilita a refiná-la? Abaixo a hipótese nula! Contamos com você!

Jailson Correia, doutorando, University of Liverpool

Arrumando as malas

Muitos daqueles que estão terminando a pós graduação aqui no Reino Unido não possuem vínculo empregatício com nenhuma instituição brasileira e isso torna-se uma preocupação a mais quando a hora de retorno ao Brasil se aproxima. Não bastasse a pressão psicológica a que o candidato a um título naturalmente é submetido quando se aproxima o dia da defesa, a incerteza da obtenção de uma boa colocação após o retorno ao Brasil aumenta ainda mais seu "stress". Não é objetivo dessa coluna discutir a baixa oferta de empregos para os recém doutores e também os baixíssimos salários oferecidos por algumas das principais agências de fomento a pesquisa (esses assuntos poderão ser discutidos nas futuras edições desse Jornal e também na lista de discussões da ABEP), mas sim, trazer algumas informações sobre a oferta de recursos para a fixação de, principalmente, recém doutores.

O CNPq possui um calendário de fluxo contínuo para a oferta de bolsas especiais, o qual engloba a oferta de bolsas pós-doutorado e pesquisador visitante. As datas para entrada do pedido de bolsa e o prazo de julgamento para o ano corrente são mostrados na tabela abaixo.

Calendário de bolsas especiais (Fonte: CNPq)

Entrada até	Julgamento	Vigência a partir de
10/JAN	MAR	ABR, MAI ou JUN
10/ABR	JUN	JUL, AGO ou SET
10/JUL	SET	OUT, NOV ou DEZ
10/OUT	DEZ	JAN, FEV ou MAR

O CNPq mantém atualmente alguns editais abertos e o pesquisador interessado poderá submeter projetos para avaliação. O editais visam incentivar a submissão de projetos nas seguintes linhas:

1) Desenvolvimento de metodologia de prospecção geoquímica aplicáveis às especificidades da Amazônia; 2) Estimular e fortalecer linhas de pesquisa, no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Em ambos os casos o CNPq financiará projetos de pesquisadores com destacado mérito científico e relevante contribuição ao desenvolvimento científico da área no Brasil. Mais detalhes dos programas do CNPq podem ser consultados em: <http://www.cnpq.br>.

Além do CNPq algumas Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa também mantêm programas de oferta de recursos em várias modalidades nas quais os recém doutores poderão se inscrever. Para se obter um vínculo basta o pesquisador contactar a instituição na qual está interessado em trabalhar e planejar, juntamente com o futuro supervisor, o projeto que será submetido a avaliação. Em alguns casos não há necessidade de submissão de projeto uma vez que o candidato poderá se engajar em algum já em andamento. Nesse caso será necessário somente o requerimento da bolsa. Há muito interesse por parte das instituições em acomodar recém doutores financiados por uma agência de fomento, e dificilmente o candidato receberá uma resposta negativa ao seu interesse em desenvolver um projeto em uma determinada instituição. A dúvida na obtenção da colocação ficará por conta da agência de fomento que tem seus critérios para avaliação de propostas, o que também poderá ser discutido nas futuras edições desse jornal (contribuições nesse sentido serão muito bem vindas). Toda a equipe do Jornal da ABEP deseja boa sorte àqueles que já estão em busca de uma colocação e espera que, uma vez estabilizados, continuem colaborando com a ABEP em sua missão de apoiar os pesquisadores em passagem pelo Reino Unido.

Carlos F. Angelis, doutorando, University of Birmingham

Espaço do pesquisador

Quando Marcos Dias de Oliveira chegou a Birmingham, há pouco mais de dois anos, acompanhado da esposa Cássia e da filha Maria Eugênia, o choque foi grande. Vindos de Curitiba, conhecida no Brasil pela sua qualidade de vida, esperavam encontrar uma cidade verdadeiramente européia, limpa, organizada, com bom sistema de transporte e de saúde. A realidade, no entanto, era outra. Chegaram mesmo a tentar uma transferência para outro país. Hoje, já adaptado à realidade local, Marcos fala de seu projeto: "Faço doutorado no Departamento de *Commerce* da *University of Birmingham*. Meu grupo de pesquisa é o de gerência internacional, e sou orientado pelo Professor John Child. Minha pesquisa vai avaliar a distância psíquica (diferenças culturais, lingüísticas, geográficas e institucionais, entre outras) entre investidores britânicos e seus parceiros em outros países."

Segundo Marcos, os resultados da pesquisa podem mostrar o peso que cada indicador tem para propiciar às empresas britânicas o grau necessário de confiança para investir no exterior. A confiança vai ser medida pelo número de empresas que operam internacionalmente balanceado pela renda interna bruta de cada país. A pesquisa pretende avaliar se indicadores tradicionais de confiança (cultura, língua, geografia e escolaridade) têm influência diferente de indicadores institucionais (sistema legal, infra-estrutura, nível de corrupção e maturidade política). A comparação vai envolver, além do Reino Unido, setenta outros países.

"Os resultados podem constituir contribuição acadêmica importante, já que o conceito de confiança tem sido muito discutido mas encontrado poucas propostas de mensuração" esclarece Marcos. Ele acrescenta que "há também certa importância para os formuladores de políticas públicas, do Brasil e de outros países, já que a pesquisa talvez saliente o papel de fatores institucionais que poderiam ser fortalecidos para o incremento das relações comerciais entre o Reino Unido e os países que compõem a amostra."

Marcos, que é funcionário licenciado do Banco Central, ainda não sabe se volta ao governo federal depois de terminado seu doutorado, ou se começará carreira acadêmica. "De qualquer modo, a contribuição que vou levar pode ser relevante em qualquer área, menos pela tese do que pela quantidade de estudos, contatos e experiência no exterior, que, longe de serem subprodutos de um doutorado, podem ser vistos mesmo como a principal contribuição dos recém doutores no seu retorno ao país."

Café Brasil

Os debates conhecidos como Café Brasil foram criados em 2000 com a finalidade de alimentar a discussão de temas polêmicos que são debatidos pelos próprios pesquisadores brasileiros no Reino Unido. Até o momento já foram realizados dez eventos em locais diferentes da Grã Bretanha sendo que os dois mais recentes ocorreram em Bath, no dia 21/06/2003, e Newcastle, no dia 30/08/2003. No encontro de Bath foi discutido o tema “**Políticas de ação afirmativa: o caso das cotas de gênero e raciais no Brasil**” com os debatedores Teresa Sachet (Londres) e Antonio Guimarães (Durham) que expuseram suas idéias sobre o assunto. Os textos a seguir resumem o que cada debatedor apresentou.

Equidade Racial Sim, Cotas Não

Partamos do que já é consenso: a população negra no Brasil possui uma condição econômica e social bastante inferior à branca. Isso é o resultado da “herança histórica” do nosso país aliada à sua pequena mobilidade social, bem como da discriminação racial ainda existente (negros são pior remunerados que brancos mesmo quando possuem a mesma qualificação e executam o mesmo trabalho). Esta situação de desigualdade constitui claramente uma injustiça social.

É no intuito de solucionar essa injustiça social que se propõe ações afirmativas, também chamadas de discriminação positiva, que são políticas que partem do princípio que uma pessoa sujeita à desigualdade deve ser tratada diferenciadamente para que possa atingir equidade. Os mais legalistas poderiam identificar neste princípio um conflito com o artigo 5º da nossa Constituição – “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Uma das políticas afirmativas possíveis é a adoção de cotas raciais nas universidades. A idéia é que isso garantiria que um número maior de negros ingressasse no ensino superior e como consequência ocupasse postos profissionais de melhor remuneração e reconhecimento social, o que estimularia e daria condições para que outros seguissem o mesmo caminho criando um círculo virtuoso que reduziria a exclusão racial.

O sistema de cotas (a obrigatoriedade de que uma determinada porcentagem das vagas nas universidades seja ocupada por negros) é uma política concreta de implantação rápida e barata que foi adotada como bandeira visível pelo movimento negro no Brasil e que atraiu o interesse de alguns políticos. Entretanto o que eu argumentarei aqui é que essa política específica não é única, apresenta várias dificuldades e tem um baixo potencial de solução do problema da desigualdade racial.

A primeira dificuldade num sistema de cotas raciais é de ordem prática: quem pode se beneficiar dele? Inexiste um critério imparcial ou científico que determine se alguém é negro ou não. Isso é particularmente complicado num país como o Brasil onde existe grande miscigenação racial e identidade racial não é um fator cultural tão evidenciado como em outras sociedades. Aparentemente portanto o critério mais razoável é a auto-identificação, o que evidentemente dá margem a abusos (falsa identificação), reduzindo a eficácia da política de cotas.

O sistema de cotas dá margem, principalmente quando mal implementado, a que indivíduos de menor preparo

ingressem no ensino superior. Como o simples ingresso na universidade não garante a conclusão do curso é possível que a taxa de evasão daqueles beneficiados com as cotas seja maior que a da média, o que também reduziria a eficácia da política. Outro risco nesta linha é que os profissionais negros formados sejam vistos como sendo potencialmente menos hábeis que os brancos, o que agravaria a discriminação racial no mercado de trabalho – uma terrível consequência indesejada.

Alguns dados indicam que o maior gargalo na ascensão educacional dos negros está no ensino fundamental. Segundo a FUVEST (2000) 25% da população do Estado de São Paulo foi identificada como sendo negra, entretanto no exame vestibular os negros eram apenas 9,8% do total de candidatos e na universidade eles eram 8,2% do total de alunos. Portanto a grande limitante parece ser o número de negros que chega até o ponto de poder concorrer no vestibular. Uma política de cotas não afeta em nada essa variável, pois atua no topo da pirâmide social da população negra.

Nos Estados Unidos, onde políticas de ação afirmativa estão em uso há décadas, apesar do número de profissionais negros ter aumentado, os indicadores econômicos e sociais da população negra como um todo não melhoraram em relação aos brancos (www.csmonitor.com/2003/0328/p01s01-usju.html). A possível explicação para isso é que as políticas afirmativas aplicadas agem sobre (beneficiam) uma fração muito pequena da população negra, não tendo portanto peso estatístico para influir nos indicadores globais.

O problema da desigualdade racial no Brasil é inegável e agudo. Necessita ser abordado e solucionado. Um sistema de cotas raciais para as universidades possui várias dificuldades e não promete ser uma política eficaz para reduzir essa injustiça. Neste âmbito seria mais frutífero valorizar a autonomia universitária e delegar a cada instituição a discussão, proposição e implementação de políticas locais de ação afirmativa. Mais globalmente, uma redução efetiva das desigualdades raciais ocorreria naturalmente dentro de um processo de qualificação do ensino básico público. Esta certamente é uma empreitada muito mais ambiciosa e cara que uma política de cotas, mas age na raiz do problema e pode efetivamente resolvê-lo. Havendo condições reais de igualdade de competição e consciência pública contra discriminação racial no mercado de trabalho, uma maior equidade racial decorre como consequência.

Antonio C. C. Guimarães, Ph. D., University of Durham

Notícia de última hora

Congresso ABEP/Centro de Estudos Brasileiros em Oxford tem cartão verde para decolar

Reunião entre representantes da ABEP e o diretor do Centro de Estudos Brasileiros em Oxford, Professor Leslie Bethel, definiu o formato do I Congresso Anual ABEP/OCBS. O evento será realizado em Oxford em data provisória marcada para o dia 19/03/2004 e deve atrair pesquisadores e pós-guardandos brasileiros no Reino Unido. Os participantes poderão fazer apresentações orais ou contribuir com *posters*. Haverá prêmios para os melhores trabalhos. O Congresso, que pretende ser o primeiro de muitos, será um evento para celebrar a diversidade dos estudos feitos por brasileiros no Reino Unido e contribuições em todas as áreas do conhecimento são bem-vindas. Para mais informações, acompanhe os próximos números deste *Jornal da ABEP* e as atualizações em www.abep.org.uk. E vá preparando o seu resumo!

A Política de Cotas de Gênero no Brasil

Em 1991 o Partido dos Trabalhadores (PT), no seu primeiro Congresso Nacional, aprovou uma lei de cotas em que ficou estabelecido que no mínimo 30 por cento dos cargos de suas estruturas de lideranças internas (diretórios e executivas), do nível nacional ao municipal, seriam ocupados por mulheres. Em 1993, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), na sua Plenária Nacional, também aprovou uma política de cotas, estipulando que as suas direções não poderiam ser compostas por mais de 70 ou menos de 30 por cento de cada sexo. Finalmente em 1995, o Congresso Nacional Brasileiro (CN) aprovou uma lei de cotas, fixando um percentual mínimo de 20 por cento de mulheres para candidaturas as Câmaras de Vereadores Municipais. Em 1997 esta lei foi ampliada para outras esferas do poder legislativo – Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas - e o seu percentual aumentou para 30 por cento (um percentual transitório de 25 por cento foi aprovado para as eleições do ano de 1998).

A aprovação desta política pelo PT, CUT, e CN, foi acima de tudo o resultado de fortes pressões exercida pelas mulheres no interior destas instituições. A Secretaria Nacional de Mulheres do PT (SNM) a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT) e a Bancada Feminina do CN, foram responsáveis por articular campanhas nacionais em favor das cotas, as quais através do uso de diferentes táticas e estratégias políticas, sucederam em unificar as mulheres, fazer alianças com membros das elites políticas destas instituições, e colocar o debate sobre desigualdade de gênero e cotas na agenda política nacional. Esta articulação nacional das mulheres, somada a uma tendência internacional, que se intensificou desde a Quarta Conferência das Mulheres da ONU em Pequim, a favor de ações afirmativas como medidas para incentivar a participação das mulheres em cargos de tomadas de decisão, levou o PT a CUT e o CN a aprovarem cotas de gênero.

Os argumentos apresentados em defesa das cotas são vários. Dentre eles eu destaco o da democracia paritária, por ser o mais utilizado pelos atores sociais envolvidos nas mobilizações por cotas no Brasil e pela literatura feminista. Dentro deste argumento, é considerado injusto e não democrático, que sendo pelo menos 50 por cento da população na maior parte dos países, as mulheres estejam representadas nas esferas de tomadas de decisões políticas, em números tão pequenos. Elas constituem em média apenas 15 por cento dos membros dos parlamentos do mundo. Nos partidos políticos, a participação da mulheres em suas estruturas hierárquicas é muito pequena, apesar de no geral, elas estarem fortemente presentes nos seus trabalhos de base. No PT por exemplo, apesar de representarem 40 por cento dos membros filiados do partido, o numero de mulheres representadas nas suas instâncias nacionais de direção era inferior a 7 por cento, antes da implementação das quotas. O principal argumento apresentado contra as quotas, é o da democracia meritocrática. É defendido que mérito, deva ser o mais importante critério a ser levado em conta, na seleção de lideranças ou representantes políticos. Aquelas pessoas com maiores habilidades para exercer tais funções, deveriam ser as selecionadas. As cotas são consideradas medidas discriminatórias, pois elas favorecem a seleção de membros de um certo grupo com base na variável sexo. No caso das cotas de gênero,

algumas mulheres teriam suas vagas garantidas no processo de seleção, pelo simples fato de pertencerem ao sexo feminino, e isto é considerado não democrático. Aqueles que são a favor de quotas argumentam que seleção por mérito não é neutra, pois os critérios normalmente utilizados no julgamento de habilidades políticas são baseadas em padrões masculinos, e por isso favorecem os homens.

Deixando a questão conceitual de lado, uma pergunta a ser feita é com relação a eficácia das cotas do ponto de vista numérico. Até que ponto as cotas têm ajudado aumentar o numero de mulheres em posições de liderança do PT e da CUT e em vagas do poder legislativo brasileiro? Com relação ao PT e a CUT, ainda que devido a vigilância constante das mulheres, o percentual mínimo de 30 por cento estabelecido pelas cotas, tem sido respeitado na composição de seus diretórios e executivas. No caso das cotas eleitorais, os resultados são mais desanimadores. O número de mulheres eleitas para cargos do poder legislativo cresceu a níveis muito inferiores aos estipulados pelas quotas. Dois mandatos após a implementação das quotas os números são os seguintes: o percentual de vereadoras eleitas passou de 8 por cento em 1992, para 11,61 por cento em 2000. O número de deputadas estaduais eleitas passou de 5 por cento em 1994 para 12,5 por cento em 2002. Por fim, o número de mulheres eleitas para cargos de deputadas federais passou de 6,24 por cento em 1994 para apenas 8,19 por cento em 2002. O principal motivo para esta disparidade entre o percentual estabelecido pelas cotas e o número de mulheres eleitas se encontra no sistema eleitoral brasileiro: proporcional com listas abertas de candidatos. Neste sistema o eleitor vota em candidatos ao invés de em legendas partidárias, o que implica que candidatos com menos experiência política e em estratégias para construir fundos de campanhas, como por exemplo as mulheres, acabam sendo desfavorecidos no resultado das urnas. A tabela abaixo apresenta o percentual de mulheres eleitas para cargos do poder legislativo brasileiro antes e após as cotas.

Percentual de Mulheres Eleitas para posições do Legislativo antes e depois das Cotas (Fonte: TSE)

Ano	Vereadoras			Deputadas Estaduais			Deputadas Federais		
	92	96	00	94	98	02	94	98	02
%	8	11	11,6	5	11	12,5	6,2	5,7	8,2

Apesar dos limites encontrados para a implementação desta medida e dos resultados insatisfatórios alcançados até agora, as cotas são consideradas importantes conquistas pelas mulheres envolvidas em políticas no Brasil, principalmente no que tange mudanças de caráter sócio-cultural. No PT e na CUT as mulheres alegam que já houveram mudanças na prática e na cultura interna destas instituições que passaram a ficar mais atentas para a realidade das mulheres e a proverem condições a sua participação política. Por exemplo, creches tem sido garantidas durante reuniões e congressos destas instituições, cursos de capacitação para mulheres têm sido implementados, as mulheres tem ganhado mais espaço pra se manifestar politicamente, etc. As mulheres alegam ainda, que seus colegas ficaram mais conscientes quanto a seus discursos e passaram a evitar uma linguagem sexista. Mas a principal contribuição social das cotas foi dada pela implementação desta medida para candidaturas a cargos dos poderes legislativos. Desde a implementação das cotas, as mulheres no CN, em partidos políticos, ONGs e

movimentos sociais, têm se unido pra implementar projetos nacionais de capacitação das mulheres para assumirem cargos do poder legislativo. Estas campanhas, a mais conhecida delas foi a Campanha Mulheres Sem Medo do

Poder (implementada entre 1995 e 1996), têm sido responsáveis, por unificar e articular as mulheres de diferentes orientações políticas a nível nacional, a contribuir para o empoderamento de candidaturas femininas e por trazer o assunto da desigualdade de gênero para a agenda política nacional.

Teresa Sacchet, Ph. D, University of East Anglia



Platéia presente no IX Café Brasil em Bath dia 21/06/2003

Dicas de sobrevivência na Ilha

Entenda melhor a estampa em seu passaporte:

Leave to enter: permissão para entrar no Reino Unido

Leave to remain until ou leave to enter for/until: informa o período em que se tem permissão para permanecer no Reino Unido

Without recourse to public funds: significa sem receber dinheiro ou outros benefícios do governo britânico

The holder is required to register at once with the police: informa a necessidade de se registrar na polícia dentro de 7 dias com relação à chegada no Reino Unido

Leave to enter...on condition that the holder...does not enter employment paid or unpaid ou no work ou Employment ...prohibited: não tem permissão para trabalhar no Reino Unido

Leave to enter on condition that the holder does not enter or change employment paid or unpaid without the consent of the Secretary of State for Employment ou ... work (and any changes must be authorised): pessoa poderá trabalhar para um empregador específico ou fazer determinados tipos de trabalho, mas mediante autorização.

<http://www.ind.homeoffice.gov.uk/default.asp?pageid=1165>

Extensão de visto:

FLR (S) (Further Leave to Remain – as a student) é o formulário a ser preenchido por estudante “full time” no Reino Unido que deseja estender sua estadia. Os documentos a serem enviados juntamente com o formulário são:

Passaporte;

Certificado de registro na polícia (se em seu passaporte diz que você deve ter um);

Duas fotografias recentes tamanho passaporte;

Carta da universidade mostrando a necessidade da continuação de sua permanência;

Prova que você tem dinheiro suficiente para finalizar seu curso (saldo bancário dos últimos 3 meses);

Carta da Instituição financiadora comprovando a continuação do financiamento.

Council tax:

Quando uma residência é ocupada somente por “full-time students” os residentes não precisam pagar Council Tax. Quando o estudante está dividindo a propriedade com

seu(s) dependente(s) ele não precisará pagar Council Tax se (i) o dependente(s) não é cidadão britânico ou ii) se o dependente(s) não pode trabalhar ou não pode requerer recursos de fundos públicos (i.e, se no passaporte foi estampado: *no recourse to public funds*). Na prática isto significa que a maioria das famílias internacionais (não pertencentes a EEA) não terão que pagar Council Tax.

Saúde:

Consultas no Reino Unido são gratuitas e remédios podem ser adquiridos a um preço fixo de £6,20 libras. Você precisa registrar-se no GP (General Practice) mais

próximo de sua casa.

Tratamento dentário e oftalmológico não são cobertos pelo NHS a não ser para crianças de até 16 anos. Estudantes e seus dependentes podem ter tratamento dentário reduzido mediante preenchimento do formulário do NHS chamado HC1 Claim for help with health (www.nhs.uk).

Anticoncepcionais são gratuitos e fornecidos pelas farmácias mediante prescrição médica.

Josirley Carvalho, doutoranda, University of Lancaster & Rothamsted Research

O Portal virtual de acesso ao Reino Unido

O 'portal' da ABEP é um dos melhores canais de comunicação entre a instituição, seus associados e membros em geral da comunidade brasileira no Reino Unido. Foi por isso que a atual gestão da ABEP decidiu dar ao seu portal uma aparência mais atraente e profissional. Utilizando a nova logomarca da instituição (que você ajudou escolher), o layout utiliza as cores predominantes nas bandeiras brasileira e britânica nos títulos e chamadas de textos importantes, enquanto a cor predominante é o branco (para facilitar a leitura e visualização da página). A estrutura do portal foi remodelada de forma a organizar melhor todas as informações disponíveis. Uma coluna na esquerda do monitor organiza as principais sessões, onde se pode encontrar informações sobre a ABEP, seu histórico, sua lista de e-mails, contato dos sócios e diretores, etc. No lado direito do monitor uma coluna organiza as informações de destaque e transitórias, além de um link para os parceiros da ABEP. É neste lado que o usuário se informa sobre as últimas novidades, eventos e lançamentos da instituição, na sessão 'novidades'. Por último, na sessão 'úteis', se tem acesso direto às campanhas e documentos mais importantes, como o Manual de Sobrevivência na Ilha, uma das maiores contribuições da ABEP para orientar brasileiros recém-chegados em situações práticas, burocráticas e do dia-a-dia na 'Ilha'. Use e abuse do portal da ABEP. Ele é o seu canal de comunicação conosco!

Rodrigo José Firmino, doutorando, University of Newcastle

Cidadania em terras estrangeiras

Estamos aqui nós, estudantes e pesquisadores brasileiros no Reino Unido, separados por um oceano de nossa pátria. Estrangeiros num país que nos acolhe na busca de alguns de nossos sonhos, mas no qual não somos cidadãos. Somos, por assim dizer, indivíduos politicamente pernetas.

Como exercer mais plenamente nossa componente Política estando em condição tão adversa? Podemos simplesmente nos contentar com sua temporalidade, ou colocá-la como mais uma renúncia junto a tantas outras que possivelmente já fazemos em nome do objetivo maior desse nosso exílio voluntário. Entretanto uma alternativa está ao nosso alcance.

O fato fundamental a se considerar é que não estamos sós. Não somos indivíduos isolados nesta situação e que portanto interação entre semelhantes é possível. Qual não

é nossa surpresa ao nos darmos conta ao fazermos isso que estamos agindo politicamente, e que por consequência não somos cidadão tão alijados assim?!

Acho que todo mundo já entendeu a idéia... Fazer parte de uma organização como a ABEP vai muito além de receber algumas dicas úteis e bater papo com gente no mesmo barco. De fato, ser membro da ABEP representa um resgate coletivo das cidadanias individuais. É através da sinergia resultante da associação de indivíduos que esses podem projetar sua voz coletiva.

Essa voz nos faz politicamente relevantes localmente e também lá do outro lado do Atlântico. Temos certamente muito a dizer, pois nossos interesses comuns são muitos. Podemos ser ouvidos se nossa voz for suficientemente forte e uníssona. A ABEP está aqui para isso. Junte-se ao nosso coro.

Jornal da ABEP

Equipe de Redação:

Josirley Carvalho

Isabel Gonçalves

Karla C. S. Schreder

Jaílson B. Correia

Carlos F. Angelis

Contato, sugestões e críticas: diretoria@abep.org.uk

Sem você a ABEP não existe. FILIE-SE!

http://www.abep.org.uk/inscricao/inscr_abep.html

A equipe de redação solicita a participação dos leitores nas próximas edições do Jornal da ABEP e pede a todos que enviem sugestões e matérias que gostariam de ver publicadas. Nosso objetivo é apoiar todos aqueles que estão de passagem pelo Reino Unido e a participação ativa dos leitores é imprescindível para nosso sucesso. As matérias podem estar relacionadas aos temas: política, meio ambiente, ciência e tecnologia, análise pessoal de temas atuais, história sobre sua experiência no UK, sua pesquisa, dicas de sobrevivência na ilha, piadas, caricaturas ou charges, dicas de turismo, etc. O textos deverão ser enviados para o endereço diretoria@abep.org.uk. Contamos com você para fazer do Jornal da ABEP um jornal interessante e útil aos seus leitores.